



Faculdade
Católica
de Anápolis

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
BACHARELADO EM TEOLOGIA

GERALDO FLÁVIO DE ARAÚJO

O VALOR DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA NA VIDA CRISTÃ.

Anápolis-GO
2015

GERALDO FLÁVIO DE ARAÚJO

O VALOR DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA NA VIDA CRISTÃ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis no curso de bacharelado em Teologia na disciplina TCC sob a orientação do Professor Dr. Fr. Flávio Pereira Nolêto, O.F.M.

Anápolis-GO
2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

GERALDO FLÁVIO DE ARAÚJO

O valor do sacramento da penitência na vida cristã.

Trabalho de Conclusão de Curso defendida no curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Católica de Anápolis, para a obtenção do título de Bacharelado, aprovado em ____ de _____ de 2015, com nota _____ avaliada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.
Presidente da Banca

Prof
Membro titular interno

Prof.
Membro titular interno

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, criador de todas as coisas. Aos meus Familiares pelo apoio e aos colegas pelas experiências vividas no decorrer do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo Dom da vida e por estar sempre comigo, sem Ele nada poderia ser feito. Aos meus pais Walkiria Araújo dos Santos e Divino Flávio da Silva (+ in memoriam), ao meu professor orientador por me incentivar, ter paciência, aos meus colegas de curso que me ajudaram com suas experiências e principalmente a todos os padres que me ajudaram e motivaram a concluir o curso.

“Que possamos ser sustentados pela incansável misericórdia de Deus, quando formos perturbados pelas coisas deste mundo e pelas adversidades!”

(Padre Pio de Pietrelcina).

LISTA DE SIGLAS

Cf. Conferir fonte

Mc. Marcos

Cor. Coríntios

Mt. Mateus

PO. Presbyterorumordinis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I – ABORDAGEM HISTÓRICA: SACRAMENTO DA PENITÊNCIA	111
1.1 – HISTÓRIA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA	111
1.1.1 – Fundamentação bíblica	111
1.1.1.2 – <i>Pecado e perdão no Antigo Testamento</i>	133
1.1.3. 4 – <i>Pecado e perdão no Novo Testamento</i>	177
II – PECADO E RECONCILIAÇÃO NAS COMUNIDADES PRIMITIVAS	188
2.1 Poderes conferidos por Jesus à Igreja	188
2.1.1 – A doutrina da penitência no Concílio de Trento.....	188
2.1.2 – O sacramento da Penitência na Reforma e no Concílio de Trento	20
III - SACRAMENTO DA PENITÊNCIA	222
3.1 Situação atual da teologia do sacramento da penitência	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
REFERÊNCIAS	288

INTRODUÇÃO

O presente estudo monográfico enfatizará o valor do Sacramento da Penitência na Vida Cristã. Esse processo iniciado quando Jesus após sua ressurreição instituiu aos Apóstolos o poder de perdoar os pecados, dando o Senhor autoridade para reconciliar os pecadores com a Igreja.

O Sacramento da Penitência ou Reconciliação é o foco desse estudo. A igreja tem como preceito convidar os fiéis a uma conversão e renovação constante, onde os fiéis, mesmo que em pecado, após o batismo, possam reconhecer e se arrepender de suas falhas contra Deus e os irmãos e busquem uma verdadeira Penitência como preparação para a celebração do sacramento. É essencial para a vida da Igreja. É também chamado de Confissão. A santidade da Igreja, componente de sua sacramentalidade, depende, em grande parte, da prática adequada deste sacramento, tendo em vista que uma vez recebido este Sacramento, restitui-se ao batizado a condição de nova criatura, perdida pelo pecado original.

Esse estudo é de grande relevância, visto que, a maioria das pessoas apresentam dificuldades para confessar-se, porém, deve-se considerar que o Sacramento da Penitência é um dom maravilhoso que o Senhor agracia com sua misericórdia a todos.

Justifica-se ainda pela importância que a Igreja dá a esse Sacramento, sendo o mesmo o meio pelo qual nos purificamos de nossos pecados diante de Deus. Toda confissão apaga completamente nossos pecados, até mesmo aqueles que tenhamos esquecido. E nos dá a graça santificante, tornando-nos naquele instante uma pessoa santa. Tranquilidade de consciência, consolo espiritual. Aumenta nossos méritos diante do Criador. Diminui a influência do demônio em nossa vida. Faz criar gosto pelas coisas do alto. Exercita-nos na humildade e nos faz crescer em todas as virtudes.

O objetivo geral consiste em evidenciar o valor do Sacramento da Penitência na Vida Cristã. E em caráter específico descrever no que consiste o Sacramento da Penitência, enfatizando a história do sacramento da penitência e fundamentação bíblica referente ao pecado e o perdão. Descreverá o pecado e a reconciliação nas comunidades primitivas, apresentando os poderes conferidos por Jesus à Igreja. E, por fim, o terceiro e último objetivo que será de apresentar a estrutura e efeitos do

Sacramento da Penitência, como contrição, confissão, absolvição, satisfação e o processo da reconciliação com Deus e a Igreja.

A metodologia utilizada será de método bibliográfico, o qual procurará gerar conhecimentos e dirimir dúvidas, por meio de leituras de várias fontes que trazem importantes informações relacionadas o valor do Sacramento da Penitência na vida do cristão. Sendo assim é necessário estabelecer de forma clara os meios e métodos que serão utilizados para a confecção desse trabalho.

I – ABORDAGEM HISTÓRICA: SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

Inicialmente é necessário explicar o que vem a ser os Sacramentos. A primeira condição para a pessoa humana ser sujeito dos sacramentos é encontrar-se em estado de *viator*, que é o estado de quem vive sobre a terra. Porém, nem todo homem *viatoré* capaz de receber todos os sacramentos. Para cada um requer uma preparação. No batismo o sujeito vem a ser qualquer pessoa que não é batizada, já para receber os outros sacramentos, é necessário que o sujeito seja batizado, sendo a que a pessoa não os recebeu. Para o Sacramento da Ordem o sujeito deve ser do sexo masculino. Na penitência, a pessoa deve estar em pecado e arrependido dele. Na unção dos enfermos o sujeito que está em perigo de morte por enfermidade ou velhice, e no matrimônio aqueles que não possuem impedimento dirimente.

O que se exige para receber validamente os sacramentos, é que requer a intenção, ou seja, o ato positivo da vontade, onde o homem determina a finalidade do seu agir.

Referente ao Sacramento da Penitência que é o foco desse estudo, a igreja tem como preceito convidar os fiéis a uma conversão e renovação constante, onde os fiéis, mesmo que em pecado, após o batismo, possam reconhecer e se arrepender de suas falhas contra Deus e os irmãos e busquem uma verdadeira penitência como preparação para a celebração do sacramento (cf. BUGNINIM, 2010).

Para receber os sacramentos, o fiel deve estar em estado de graça, ou no caso do sacramento da penitência, em estado de profundo arrependimento e conversão, buscando a graça de Deus (DEL FIORE, 2014, p. 149).

1.1 – HISTÓRIA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

1.1.1 – Fundamentação bíblica

Manifestou o Pai a sua misericórdia, reconciliando o mundo consigo em Cristo, pacificando pelo sangue da sua cruz tanto as coisas da terra como as do céu. O Filho de Deus, feito homem, habitou entre os homens para livrá-los da servidão do pecado e chamá-lo das trevas à sua luz admirável. Para isso iniciou o seu ministério na terra, pregando a penitência, dizendo: 'Fazei penitência e crede no Evangelho' (Mc 1,15).

São vários os trechos explanados na Bíblia referente ao sacramento da penitência.

Pode-se colocar primeiramente no livro de Lucas 15, 18 que “Vou me levantar e irei a meu pai, e lhe direi: Meu Pai, pequei contra o céu e contra Ti”. Em análise ao seguinte trecho, pode-se colocar que o primeiro processo para que se busque o Sacramento da Penitência, é a consciência pelos seus erros, e diante da análise da consciência, buscará se redimir junto a Deus e suas leis.

Para isso é necessário que o sujeito seja batizado, ou seja, para compreender até que ponto o pecado é algo que deve ser excluído daquele que se “vestiu de Cristo”, conforme exposto em Gálatas 3, 27 que “Todos vós que fostes batizados em Cristo vos revestistes de Cristo”.

A busca pela renúncia ao pecado deve ser uma prática diária incluído nas rezas diárias como exposto em Lucas 11, 2-4 que coloca que “Quando orardes, dizei: Pai, santificado seja o vosso nome; venha o vosso Reino; dai-nos hoje o pão necessário ao nosso sustento; perdoai-nos os nossos pecados”, vinculando o perdão de nossas ofensas ao perdão que Deus nos concederá de nossos pecados.

A conversão deve ser um preceito cotidiano dos fiéis batizados, este apelo é parte essencial do anúncio do Reino, conforme pode-se observar no livro de Marcos 1,15 “Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo”.

No Catecismo da Igreja Católica coloca-se o seguinte: “Arrependei-vos e crede no Evangelho” (Mc 15). É uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que reúne em seu próprio seio os pecadores” e que “é ao mesmo tempo santa e sempre, na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação”. Este esforço de conversão não é apenas uma obra humana. É o movimento do “coração contrito” atraído e movido pela graça ao responder ao amor misericordioso de Deus que nos amou primeiro. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2010, p. 393 – 394).

Em Salmos 50, 19 destaca-se o preceito da conversão e arrependimento, e a busca incessante pela graça dos Céus “Meu sacrifício, ó Senhor, é um espírito contrito, um coração arrependido e humilhado, ó Deus, que não haveis de desprezar”. Um coração arrependido que busca de novo os preceitos de Deus e da Igreja são perdoados.

Nesse é concedido o sacramento do perdão, através da absolvição sacramental do sacerdote Deus que concede o perdão e a paz. É também concedido o sacramento da Reconciliação conforme 2 Coríntios 5,20 “Reconciliai-

vos com Deus”. Quem vive do amor misericordioso de Deus está pronto a responder ao apelo do Senhor” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2010 p. 392).

1.1.1.2 – Pecado e perdão no Antigo Testamento

Pela sua morte na cruz, Jesus Cristo redimiu o homem do pecado e das consequências do pecado, especialmente da morte eterna, que é seu efeito. Não é, pois, de surpreender que Jesus tenha instituído, no mesmo dia em que ressuscitou dentre os mortos, o sacramento pelo qual os pecados dos homens podem ser perdoados. (PEREIRA, 1988, p. 193).

Primeiramente, é necessário conceituar o que vem a ser o pecado. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (2000) o pecado refere a uma falta contra a razão, verdade, consciência reta, onde descreve esse como falta de amor verdadeiro para com Deus e também com o próximo, assim apresenta como definição mais ampla como sendo, palavra, ato ou desejo contrários à lei de Deus.

Trese (1987) explica que o pecado que cometemos é denominado pecado atual, diferenciando da denominação pecado original¹. A pessoa já nasce com o pecado original. Este, assim como outros cometidos, são restaurados pelo sacramento do Batismo, através da purificação. Porém esse sacramento não inibe as fraquezas humanas.

O pecado atual pode ser mortal ou venial, segundo o grau de malícia, havendo vários graus de gravidade na desobediência. Se desobedece a Deus em matéria de menor importância, isso não implica ampla negação ao amor de Deus, sendo um pecado venial. Mesmo em matéria grave, o pecado pode ser venial se tiver havido ignorância ou falta de consentimento pleno. Estes pecados chamam-se veniais do latim *vénia* que significa perdão. E, Deus perdoa prontamente os pecados veniais mesmo sem o sacramento da Penitência, onde um sincero ato de contrição e o propósito de emenda bastam para o seu perdão. Porém, isso não significa que o pecado venial não seja de importância, visto que qualquer pecado é uma falha parcial no amor, um processo de ingratidão para com Deus (cf. TRESE, 1987).

A desobediência a Deus consciente e voluntária em matéria grave é ao mesmo tempo, a rejeição de Deus. Assim, o pecado é definido como ato contra a

¹A natureza humana perdeu a graça na sua própria origem (Adão e Eva), e por isso diz que nasce todos em estado de pecado original.

razão, a verdade, ao certo, e além disso, representa amor verdadeiro a Deus e também ao próximo, podendo então ser definido como palavras, atos ou até mesmo desejos contrários à lei de Deus, que realiza a salvação.

O pecado mortal já é de maior gravidade. É uma morte em vida. A graça de Deus flui ao seu redor, mas não pode entrar no pecante. O amor de Deus toca-o, mas não o penetra. Todas as obras feitas, todas as orações pronunciadas, todas as Missas oferecidas, os sofrimentos padecidos por amor a Cristo, tudo é varrido no momento que se peca. Esta alma em pecado mortal perdeu sem dúvida o céu (cf. TRESE, 1987).

Pecar é recusar a Deus a nossa obediência o nosso amor. Dado que cada pedacinho nosso pertence a Deus e que todo fim da nossa existência é amá-lo, torna-se evidente que cada pedacinho nosso deve obediência a Deus. Assim, esta obrigação de obedecer aplica-se não só às obras ou palavras exteriores, como também aos desejos e pensamentos mais íntimos (TRESE, 1987, p. 55).

É evidente que se pode pecar não só fazendo o que Deus proíbe (pecado de ação), como deixar de fazer o que Ele ordena (pecado de omissão).

O pecado mortal então é caracterizado diante de três condições ao mesmo tempo, sendo pecado mortal todo pecado que tem como objeto uma matéria grave, e que é cometido com plena consciência e deliberadamente, principalmente em desobediência aos Dez Mandamentos (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2010).

Libânio (1974, p. 120) descreve a diferença entre pecado mortal e venial, onde discorre o seguinte:

O pecado mortal é ato da liberdade fundamental, pelo qual o homem dispõe de si diante de Deus num empenho profundo, sério, numa negação ao seu amor, numa negação de querer receber d'Ele a salvação, e colocando numa criatura, ilusoriamente, essa salvação. É uma opção fundamental. O pecado venial não é um ato da liberdade fundamental, não é um dispor-se do homem em si mesmo, como uma totalidade, numa ligação a Deus. Não é uma opção fundamental. Não é um ato do núcleo da pessoa, antes é um ato superficial [...].

Pecados veniais podem ser confessados diretamente a Deus. Já os pecados mortais somente são absolvidos por meio de uma boa confissão, pelo Sacramento da Penitência. Vale explicar que o termo pecado mortal e pecado venial não traduz linguagem bíblica. Ela é fruto de uma elaboração teológica (cf. ALVES, 2013).

É importante salientar ainda, que muitos pecados veniais não se caracterizam como mortais. Já os veniais podem ocasionar o pecado mortal.

O pecado no Antigo Testamento iniciou-se com a desobediência de Adão e Eva, conforme descrito no Antigo Testamento no livro de Gênesis 2, 15-17 “O Senhor Deus tomou o homem e o colocou no Jardim do Éden, para cultivar o solo e o guardar”. Deu-lhe este preceito: “Podes comer do fruto de todas as árvores do jardim; mas não comas do fruto da árvore da ciência do bem e do mal; porque no dia em que dele comeres, morrerás indubitavelmente”.

No Antigo Testamento, o pecado de Adão é apresentado como uma desobediência voluntária do homem a um preceito divino, por pensamentos, palavras e obras. Por causa dessa ruptura, cuja responsabilidade cabe apenas ao homem, o pecado entrou no mundo; doravante ele marca a história e notadamente a de Israel [...] (DELUMEAU, 2003, p. 358).

Pode-se então caracterizar que esse ato iniciou o processo do pecado, onde os olhos dos homens se abriram para o bem e para o mal. Porém, em texto a frente em Gênesis 4, 7 apresenta o seguinte “Se praticares o bem, sem dúvida alguma poderás reabilitar-se. Mas se procederes mal, o pecado estará à tua porta, espreitando-te; mas tu, deverás dominá-lo”. A raiz do pecado é o próprio coração do homem, onde caracteriza sua livre vontade. É deste local que vem o desejo do bem, como também o desejo do mal.

O pecado já é um tema nas primeiras páginas da Bíblia. No terceiro capítulo do Gênesis fala o Javista – na linguagem velada da narrativa dramática da sedução do primeiro casal humano pela serpente – do pecado original como o ato decisivo, que acarreta uma mudança radical no relacionamento do homem com Deus. O pecado é o acontecimento que desde então marca radicalmente a história e o destino do homem (RUF, 1978, p. 39).

No Antigo Testamento observa-se que o preceito do pecado vai além da desobediência, sendo um rompimento com Deus.

Outro ponto que demonstra o pecado está também em Gênesis 6, onde apresenta a corrupção da humanidade, nos tempos de Noé no versículo 5 “O Senhor viu que a maldade dos homens era grande na terra, e que todos os pensamentos de seu coração estavam continuamente voltados para o mal”.

O pecado no Antigo Testamento não é característico do pecado original, visto que é o homem mesmo que o pratica, e que causa efeitos do pecado as gerações seguintes, como pode-se observar em Êxodo 20,5-6

Eu sou o Senhor, teu Deus, um Deus zeloso que vingo a iniquidade dos pais nos filhos, nos netos e nos bisnetos daqueles que me odeiam, mas uso de misericórdia até a milésima geração com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

Também no Antigo Testamento em Levítico 26, 38 “Perecereis entre as nações e a terra inimiga vos consumirá”. E, também em Números 14, 18 -19 coloca que:

O Senhor é lento para a cólera e rico em bondade; ele perdoa a iniquidade e o pecado, mas não tem por inocente o culpado, e castiga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e a quarta geração. Perdoai o pecado desse povo segundo a vossa grande misericórdia, como já o tendes feito desde o Egito até aqui.

Observa-se assim que diante dos preceitos estabelecidos pelo Antigo Testamento o castigo referente ao pecado não era destinado a um grupo ou pessoa específica, mas sim, atingia todo o grupo. Porém, mostra também o perdão e a misericórdia divina em todas as situações.

O perdão era em grande parte diante dos sacrifícios oferecidos. Um trecho bíblico que aponta tal processo está em Levítico 4,35

Tirá toda a gordura como se tirou a do cordeiro do sacrifício pacífico, e a queimará no altar, entre os sacrifícios pacíficos, e a queimará no altar, entre os sacrifícios feitos pelo fogo ao Senhor. É assim que o sacerdote fará a expiação pelo pecado cometido por esse homem, e ele será perdoado.

Quando feito em fé, esse sacrifício providenciava perdão dos pecados. Um outro perfil de sacrifício é colocado em Levítico 16, onde busca-se através do dia de expiação o perdão e a retirada do pecado, no versículo 3-10 defere:

[...] tomará um novilho para o sacrifício pelo pecado e um carneiro para holocausto. Receberão da assembleia dos israelitas dois bodes destinados ao sacrifício pelo pecado e um carneiro para o holocausto. E Arão lançará sortes sobre os dois bodes; uma pelo Senhor, e a outra pelo bode emissário. Então Arão fará chegar o bode, sobre o qual cair a sorte pelo Senhor, e o oferecerá para expiação do pecado. Mas o bode, sobre que cair a sorte para ser bode emissário, apresentar-se-á vivo perante o Senhor, para fazer expiação com ele, a fim de enviá-lo ao deserto como bode emissário. E Arão fará chegar o novilho da expiação, que será por ele, e fará expiação por si e pela sua casa; e degolará o novilho da sua expiação.

No Antigo Testamento observa-se então vários exemplos do perdão de Deus. No livro Êxodo 32,32 Moisés pede perdão pelo povo e ouve do Senhor “Rogo-vos que lhes perdoeis agora esse pecado! Senão, apagai-me do livro que escrevestes”.

Em Salmo 24,18 “Vede minha miséria e meu sofrimento, e perdoai-me todas as faltas”. Em Salmo 31,1 “Feliz aquele cuja iniquidade foi perdoada, cujo pecado foi absolvido”.

1.1.3. 4 – Pecado e perdão no Novo Testamento

O perdão aos pecados no Novo Testamento é decorrente e seria advindo com o nascimento de Jesus Cristo em expiação dos pecados.

Millet (1950) explica que diante do rompimento que se apresentava entre o céu e a terra, foi preciso buscar reconciliação e restabelecimento da harmonia através de um Homem- Deus. O Filho Único do Altíssimo desceu do céu, e fez parte da humanidade, onde foi o intercessor junto a Deus Pai. Recebeu os frutos amargos advindo do homem, humilhações, sofrimentos e até a morte, concedendo a esse mesmo povo, a graça, a salvação e a vida eterna. Voltou ao céu, para tratar dos interesses do homem perante a Deus, como advogado.

Alguns trechos bíblicos apresentam o ministério da Reconciliação, e misericórdia de Deus, conforme em 2 Cor 5, 18 onde manifestou o Pai a sua misericórdia, reconciliando o mundo consigo em Cristo, pacificando pelo sangue da sua cruz tanto as coisas da terra como as do céu.

Também refere-se à libertação do pecado em João 8,34-36

Respondeu Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: todo homem que se entrega ao pecado é seu escravo. Ora, o escravo não fica na casa para sempre, mas o filho sim, fica para sempre. Se, portanto, o Filho vos libertar sereis verdadeiramente livres.

Segundo o Catecismo da Igreja Católica (2010) o Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores. Conforme exposto no livro de Mateus (1,21) na anunciação do anjo a José que expõe: “Tu o chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará seu povo de seus pecados”.

Vale reiterar que a Escritura Sagrada não dispõe que através de uma vida cristã determine que os pecados futuros já estão perdoados. Ela somente ensina a orar e a instruir para a busca de vida segundo os desígnios de Deus. Na Escritura em Mt 6,12 dispõe que: “E perdoai-nos as nossas dívidas, como nós também perdoamos aos nossos devedores” (ALVES, 2013, pg 5).

II – PECADO E RECONCILIAÇÃO NAS COMUNIDADES PRIMITIVAS

2.1 PODERES CONFERIDOS POR JESUS À IGREJA

Jesus Cristo sempre teve como alvo a salvação do mundo. Médico da alma e do corpo redimiu os pecados do paralítico e restituiu-lhe a saúde do corpo, também quis que a Igreja continuasse, com a força do Espírito Santo, juntamente com sua obra de cura e de salvação (cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2010).

Jesus Cristo tem poder de perdoar pecados na terra (cf. Mc 2,10) e exerce esse poder divinamente, como também conferiu poder aos homens para que exerça em seu nome, como os Apóstolos que foram enviados em nome de Cristo, e é o próprio Deus que por meio dele, busca a reconciliação do homem com os preceitos de Deus.

O decreto '*Presbyterorum Ordinis*' descreve também que “os presbíteros pelo Sacramento da Penitência reconciliam os pecadores com Deus e com a Igreja” (PO, 5). Os Presbíteros na administração dos sacramentos unem-se com a intenção e a caridade de Cristo (cf. PEREIRA, 1988).

O Sacerdote é também o espírito de Jesus Cristo. Apartando-se de nós, e ascendendo ao céu, deixou os sacerdotes como substitutos seus, para o representarem na terra, para personificarem em si a santidade de suas máximas, e a perfeição de suas virtudes. Assim, o Filho de Deus, acolhendo-se à mansão da sua glória, deixou a Igreja, os apóstolos bispos, sacerdotes, e fez deles corpos luminosos para alumiar o mundo, na sua ausência. O sacerdote então é um ministro enviado para tirar os homens das vaidades do mundo, e buscar ensiná-los a andar em Deus. E estes devem ter uma vida de fé, que progride e se aperfeiçoa nesta vida, visando corresponder à sua condição de homem, ao seu título de cristão, de delegado de Jesus Cristo, que trabalha para Glória de Deus e salvação das almas (cf. MILLET, 1950).

2.1.1 – A doutrina da penitência no Concílio de Trento

O Concílio de Trento seria a busca de completar a doutrina que o Concílio Vaticano II se propunha a enunciar. De muitas outras questões deverá tratar o

Concílio, mas o ensino conciliar a respeito da Igreja. O Concílio busca dirimir algumas controvérsias teológicas, fixa as características e a missão dos Pastores dentro da Igreja. A Terceira Sessão do Concílio propõe questão como uma das principais: investigar e declaram a doutrina relativa à natureza e à missão da Igreja.

O Concílio confirma a doutrina do precedente sobre as prerrogativas do Pontífice Romano, mas terá também, como fim principal descrever e honrar as prerrogativas do Episcopado. Baseada em princípios doutrinários, tem a intenção de exprimir as relações da Igreja com o mundo e os homens de hoje.

Referente à Doutrina da Penitência, não tem como se modificar a prática, nem sua finalidade. Por isto, os Apóstolos, transmitiram aquilo que recebera, exortam os fieis a manter as tradições que aprenderam. Esta Tradição oriunda dos Apóstolos progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo.

Pela mesma Tradição torna-se conhecido à Igreja, o Cânon completo dos livros sagrados e as próprias Sagradas Escrituras.

A Sagrada Escritura é a palavra de Deus enquanto é redigida sob a moção do Espírito Santo; a Sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus (COMPÊNDIO DO VATICANO II, p. 127).

A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só sagrado depósito da palavra de Deus confiado à Igreja.

Assim, movidos pela fé, conduzido pelo Espírito do Senhor, o Povo de Deus esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações do tempo. O Concílio tem a intenção de distinguir, sob esta luz aqueles valores que são de máxima estimação, relacionado à fonte divina.

Dessa forma, o Concílio de Trento, descreve que Cristo foi enviado pelo Pai, que enviou os Apóstolos, pregar o Evangelho e anunciando o Filho de Deus, e que sua morte e ressurreição, libertou do poder de Satanás, conferindo o poder do Reino dos Céus, com a obra da salvação através do Sacrifício e dos Sacramentos.

E, da Penitência é descrito pelo Concílio, onde o reto e as fórmulas sejam revistos de tal forma que expressem mais claramente a natureza e o efeito deste Sacramento.

2.1.2 – O sacramento da Penitência na Reforma e no Concílio de Trento

Segundo o Concílio de Trento, os sacramentos devem ser revistos visando a norma básica de que a participação dos fiéis seja consciente, ativa e fácil, atendendo também às necessidades dos tempos. Nas condições da vida moderna, seja melhor e mais perfeitamente recitados, quer pelos sacerdotes, quer pelos demais membros da Igreja.

Que através da penitência seja inculcada na alma dos fiéis, as consequências do pecado, a natureza própria da penitência que detesta o pecado, como ofensa feita a Deus. Que a penitência do tempo quaresmal não seja somente interna e individual, mas também, externa e social.

O pecado é um ato pessoal, porém, pode ser de forma direta ou indireta. Na forma direta é quando o homem realiza próprio ato. Já de forma indireta, refere-se quando é conivente com atos de outros, através até mesmo de um conselho, aprovação e protegendo aos que fazem mal (cf. ALVES, 2013).

O Concílio do Trento (Dezinger 896; 914) chama-se quase matéria aquilo que a maior parte dos neo-escolásticos chamava de matéria próxima do sacramento da penitência, quer dizer, os atos do penitente: contrição, confissão e satisfação (PEREIRA, 1988, p. 194).

Assim, sendo, duvidosa a validade da confissão por telefone ou por televisão e não tendo sido dirimida a dúvida, pode-se admitir o recurso a ela em caso de extrema necessidade, dando-se a absolvição sob condição. Consequentemente, o penitente, se tiver pecados graves deverá confessá-los na primeira oportunidade, pois é mais provável a nulidade do que a validade da confissão através dos citados meios eletrônicos.

O pecado traz consequências ao homem. Priva este da comunhão com Deus, distancia-o da dádiva da vida eterna. Todo pecado cometido mesmo os venais, apresentam dano ao homem, e isso requer purificação, aqui na terra em vida, o após a morte no purgatório, que tem como intuito a libertação do pecado (cf. ALVES, 2013).

A misericórdia de Deus não tem limites, porém, aquele que recusar a acolher a misericórdia pelo arrependimento rejeita o perdão de seus pecados e a salvação oferecida por Deus. E, se Jesus morreu pelo pecado "uma vez por todas" (Rm 6,

10), o cristão também deve se considerar morto para o pecado uma vez por todas e, lutando contra o pecado, deve viver para Deus (Rm 6,10) (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2010).

III -SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DA TEOLOGIA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

Os sacramentos representa sinal eficaz da graça, que é instituído por Cristo e confiados à Igreja. O Espírito Santo prepara para que a pessoa receba os sacramentos através da Palavra de Deus e da fé. E o fruto da vida sacramental é ao mesmo tempo pessoal e eclesial (cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2010).

Segundo Trese (1987) coloca que através da morte de Jesus foi oferecida a infinita reparação pelo mal infinito dos erros do homem contra Deus, concedendo a graça que permite ao homem retornar a Deus e permanecer em união com ele.

Trese coloca que a definição exata de sacramento é: “um sinal sensível e eficaz da graça, instituído por Jesus Cristo para santificar as nossas almas” (TRESE, 1987, p.225).

O sacramento dá graça por si e em si, pelo seu próprio poder, isso significa que Jesus uniu a sua graça ao sinal externo. O próprio sacramento dá a graça. As disposições interiores afetam a quantidade de graça que se recebe (cf. TRESE, 1987).

Pereira (1988) coloca que os sacramentos são destinados à santificação dos homens, edificando para estarem próximos a Cristo. É importante que os fiéis compreendam os sinais e frequentem os sacramentos.

Roccheta (1991) explica referente a teologia do sacramento da penitência, que é objeto desse estudo, que este está inserido no quadro da dialética entre o mistério do mal, como também da infinita misericórdia de Deus, buscando a conversão e compromisso com uma nova vida, ao se reconhecer como pecador. A intervenção de Deus em favor do ser humano, favorecendo para que este incorpore de novo a vida Cristã e aos desígnios e princípios de Deus.

Nesse ato a salvação torna-se sacramental, sinal eficaz. Reconciliação com a Igreja é, então, sinal da reconciliação com Cristo, com Deus. Compreendendo a sacramentalidade da penitência deste modo, elimina-se a meu ver uma série de problemas (ZILLES, 1995, p.338)

Assim, a reconciliação com Deus decorre também da reconciliação com a Igreja, demonstrando como Deus quis e quer ser amado por nós, chegando assim ao amor e ao perdão divino, enquanto membros do povo santo da Igreja. O perdão

de Deus foi dado radicalmente por Jesus Cristo e isso foi o caminho criado por este na reconciliação e expiação dos pecados do mundo. A Igreja ajuda essa reconciliação eclesial. É nela que se é transmitida a palavra de Deus que apela pela busca da reparação dos pecados. É nela que o pecador encontra exemplos e caminhos para a conversão (cf. MIRANDA, 1978).

As formas de obter perdão dos pecados acontece pela penitência e arrependimento dos pecados. A penitência pode-se interior através do jejum, esmola e oração. O Batismo é o Sacramento que se obtém o perdão aos pecados. Outro sacramento é o da Penitência onde através do alimento da Eucaristia se a renova fé com Deus e seus propósitos (cf. ALVES, 2013).

Com relação ao Sacramento da Penitência, a consciência do homem para com seus pecados, e principalmente, arrependimento dos mesmos, são pontos fundamentais para que o sacramento seja verdadeiramente instituído.

Nesse sentido Del Fiore (2014, p. 149) coloca que:

Assim, aproximar-se dos sacramentos implica em total aceitação, por parte do batizado, de todo o Evangelho de Jesus Cristo, único, mediador e redentor universal, e também de toda doutrina e magistério da Igreja.

O sacramento da Penitência é descrito em outras obras, em outras denominações como pode-se colocar a caracterização como sacramento de reconciliação. O termo reconciliação descrito refere ao processo que pelo pecado o homem afasta-se de Deus, e diante do confessar há um processo de reconciliar com Deus e com a Igreja, através do perdão aos seus pecados por meio da Paixão e Misericórdia Divina.

O Evangelho de Jesus Cristo segundo João representa o embasamento bíblico no que se refere ao Sacramento da Penitência de forma mais enfática. Neste livro descreve-se a autoridade concedida por Jesus Cristo recebida pelo poder do Espírito Santo aos Apóstolos a autoridade de perdoar os pecados dos batizados e com isso aproximá-los de Deus.

O perdão sacramental é decorrente de profundo arrependimento e penitência, proveniente do exame da consciência. Por isso, não é possível conceber o sacramento da penitência e reconciliação sem que haja arrependimento do fiel e aceitação total, por parte deste, ao Evangelho de Jesus Cristo (DEL FIORE, 2014, p. 152).

Assim, segundo a doutrina da Igreja, o perdão aos pecados são oriundos do arrependimento do homem, e também diante da investidura da autoridade do sacerdote, em conceder a absolvição dos pecados e da amizade junto a Deus. Os modos de se evitar o pecado são por meio da obediência à lei de Deus, por sua abnegação e buscando santidade de sua vida. É necessário ainda em vida arrepender-se verdadeiramente do pecado, reconhecer-se pecadores, e buscar sempre penitência e renovação.

Na Igreja Primitiva o perdão aos pecados somente eram concedidos pelo Bispo, e a penitência era realizada em público. E somente no Concílio de Trento (1545-1563) que foi instituído este processo de absolvição dos pecados pelo sacramento por aqueles que estejam investidos pelo Sacramento da Ordem (cf. ALVES, 2013).

Observa-se assim que o Sacramento da Penitência veio modificando. Inicialmente na Igreja Primitiva, pecados eram confessados oralmente, á toda a igreja. Somente depois, foram instituídos de modo particular. As penitências eram mais rigorosas, e normalmente eram executadas antes da absolvição, e não após como é descrito atualmente.

Leitão (2013) explica que o Sacramento da Penitência ao longo da história da Igreja tem apresentado diferentes denominações. E cada denominação busca apresentar um aspecto pertinente. A denominação conversão caracteriza pelo processo de transformação interna pela graça, e mudança de atitudes. O termo penitência, já caracteriza pelo ato interior de arrependimento, através da rejeição ao pecado como também manifestação externa através da penitência instituída. O termo confissão se caracteriza pela expressão da situação de pecado perante ministro da Igreja. O perdão caracterizado em alguns livros denota-se diante da graça Divina, que é o perdão aos pecados diante dos sacramentos. E o termo reconciliação, seria devido á união de novo á Graça de Deus, com a Igreja e consigo mesmo. Porém, o termo reconciliação e penitência são os mais utilizados pela teologia sacramental.

A Penitência é então denominada como sacramento próprio e verdadeiro, pois, tira todos os pecados cometidos depois do Batismo. Além disso, os atos exteriores, tanto do penitente como do sacerdote, são os sinais sensíveis daquilo que se opera interiormente na alma: o pecador professa claramente, por palavras e

ações, que seu coração já se apartou da torpeza do pecado; no sacerdote, em suas palavras e ações, reconhecemos a misericórdia de Deus, que perdoa esses mesmos pecados.

Na parábola do Filho Pródigo, registrada por Lucas no capítulo 15, versículo 11 a 32, encontra-se talvez a ilustração mais esclarecedora sobre este Sacramento. Ela poderia, na verdade, ser chamada de Parábola do Pai Misericordioso. Veem-se ali as atitudes de humildade de Deus que, embora entristecido com a atitude do filho, respeita sua condição de ser livre, e a atitude de amorosa esperança do Pai na volta do filho. O Pai se comove ao abraçar o filho recuperado, faz-lhe festa e o reintroduz na convivência da comunidade familiar. A virtude de apagar os pecados lhe é tão própria, que sem a Penitência não se pode absolutamente alcançar, nem sequer esperar remissão dos pecados. Pois está escrito: “Se não fizerdes penitência, todos vós perecereis da mesma maneira” (Lc 13, 3) (cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2010).

No Evangelho de São Mateus apresenta a cura oriunda pelo perdão aos pecados, apresentando que o perdão dos pecados é a cura para a alma humana.

Porém, na sociedade atual observa-se distorção da noção do pecado. E, diante dessa distorção, o Sacramento da Penitência tem sido negligenciado consideravelmente pelos batizados e tal fator impede o fiel batizado de entrar em contato pleno com Deus, e principalmente viver plenamente o sacramento, visto que, o pecado insculpe fragilidade e fraqueza no ser humano, causando danos espirituais, e somente o reconhecimento e arrependimento verdadeiro dos mesmos, podem trazer a cura espiritual (cf. DEL FIORE, 2014).

O pecado mortal é uma infração grave às Leis de Deus. Esse tipo de desobediência requer reparação e arrependimento rápido por parte do homem pecador, pois caso contrário, pode-se causar a exclusão do Reino de Cristo e a morte eterna no inferno. É preciso uma conversão do coração que é realizado através do Sacramento da Penitência e Eucaristia.

Referente à dificuldade do homem moderno em se assumir pecador, Leitão (2013, p. 139) coloca o seguinte;

Um aspecto que pesa muito na hora da confissão pessoal é também a pouca propensão do homem moderno em reconhecer-se pecador e de acusar-se perante o outro, como também a consciência de autonomia pessoal e de salvaguarda da intimidade pessoal, que caracteriza o homem moderno.

Os pecados graves afastam os fieis da graça de Deus e diante desses não se podem receber a Eucaristia, devendo então confessar e realizar pleno exame de consciência, visto que, somente através da confissão é possível obter perdão (cf. DEL FIORE, 2014). Vale enfatizar que esse Sacramento sem arrependimento verdadeiro torna-se nulo.

Nesse contexto, o perdão sacramental, ou seja, o sacramento da penitência e da reconciliação, ministrado pelo sacerdote devidamente investido e autorizado, aliado ao arrependimento e ao desejo de não mais pecar por parte do batizado, é o único meio de se restabelecer o estado de graça quando houver pecado grave (DEL FIORE, 2014, p.153).

Referente à crise que é observada atualmente sobre ao sacramento da penitência, o que se nota é que fieis procuram cada vez menos a confissão e o perdão de seus pecados, até por falta de reconhecimento dos mesmos, e também, devido às tentações ao pecado grave que é observado na sociedade atual. Para reverter tal quadro é de total relevância que a Igreja priorize a conscientização dos fieis referentes à necessidade da confissão, e principalmente orientá-los no que concerne ao pecado e exame de consciência perfeito.

Referente à absolvição, esse processo é concedido na remissão dos pecados, o que denota assim o perdão como atributo do Divino amor.

Através do Sacramento da Penitência, obtém-se a graça de reconforto, a paz espiritual. É um dom do Espírito Santo que renova o laço de fé junto a Deus. Pode-se caracterizar como prova viva da misericórdia Divina, com relação do perdão aos pecados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sacramentos representam na vivência cristã os preceitos que colocam o ser humano mais próximo a Deus. Porém, o que se observa atualmente é distanciamento do homem, com relação aos sacramentos. Diante do estudo realizado, observa-se que o Sacramento da Penitência revela-se de grande relevância para uma perfeita vida Cristã. Através desse sacramento o homem se aproxima do perdão divino e da sua misericórdia. É um processo de conversão e de redenção a Deus. É o sinal eficaz da graça, que santifica as almas e afasta-as dos pecados.

O Sacramento da Penitência então consiste na busca de conversão e compromisso com uma nova vida, ao se reconhecer como pecador. A intervenção de Deus em favor do ser humano, favorecendo para que este incorpore de novo a vida Cristã e aos desígnios e princípios de Deus.

O pecado são atos cometidos pelo homem que caracterizam desobediência aos preceitos divinos, sendo o processo de reconciliação somente conferido através do Sacramento da Penitência. A desobediência a Deus consciente e voluntária em matéria grave é ao mesmo tempo, a rejeição de Deus. Assim, o pecado é definido como ato contra a razão, a verdade, ao certo, e, além disso, representa amor verdadeiro a Deus e também ao próximo, podendo então ser definido como palavras, atos ou até mesmo desejos contrários à lei de Deus, que realiza a salvação.

Dessa maneira, o pecado consiste em opormos a nossa vontade à de Deus, a virtude não é senão o esforço sincero a andar segundo os preceitos de Deus. E isso pode ser feito rezando cada dia, confessando e comungando com frequência.

A Igreja com relação ao Sacramento da Penitência concede atenção especial, tendo em vista que, o mesmo é o meio pelo qual purifica-se os pecados diante de Deus. Deus pelo Sacramento da Penitência mostra particularmente seu rosto misericordioso. O perdão dado por Cristo aos pecadores que dele se aproximavam permanece na terra pelo ato sacramental da penitência. Em várias parábolas e discursos, o Senhor Jesus manifestou claramente este rosto misericordioso do Pai que não deseja a morte do pecador, mas que se converta e viva.

Assim, pode-se concluir que o Sacramento da Penitência é em primeiro lugar um anúncio e uma atuação da misericórdia de Deus.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Geovani. *A Confissão dos pecados*. Apologética da Fé Católica. 2013. Disponível em: <http://apologeticadafecatolica.blogspot.com.br/2012/03/confissao-dos-pecados.html>. Acesso em 01 set 2015.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 8 ed. Ed. Típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações. 21 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991
- DEL FIORE, André Gustavo. *Penitência em crise, sacramentos em crise?* Revista Eletrônica Espaço Teológico. Vol. 8, n. 14, jul/dez, 2014, p. 148- 170.
- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Edusc, 2003. v. 1. 623 p. Original francês.
- DEZINGER, Heirinch. *Compendio dos símbolos: definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulina, 1988.
- LEITÃO, Luís Manuel Novais. *O sacramento da Reconciliação e a consciência de pecado*. Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Mestrado Integrado em Teologia. [Dissertação]. Braga, 2013.
- LIBANIO, João Batista. *Pecado e culpa*. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, v. 34, n. 133, p. 108-122, Mar. 1974.
- MILLET, S. J. *Jesus vivo no sacerdote*. Anápolis: Aliança Missionária Eucarística Mariana, 2007.
- MIRANDA, Mário de França. *Sacramento da penitência: o perdão de Deus na comunidade eclesial*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1978.
- OBSTAT, Nihil. *Obediência e salvação: sacramentos*. São Paulo: Imprimatur, 1988. Vol. III.
- PEREIRA, Dom José de Aquino. *Obediência e Salvação*. Instituto Diocesano Missionário dos Servos da Igreja Diocese de Rio Preto. São José do Rio Preto: Imprimatur, 1988.
- ROCCHETA, Carlo. *Os Sacramentos da Fé*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- RUF, Ambrosius Karl. *Pecado: o que é*. Tradução de Leo Nicolau Orth. Petrópolis: Vozes, 1978. 97 p.
- TRESE, Leo J. *A fé explicada*. 4 ed. São Paulo: Quadrante, 1987.
- ZILLES, Urbano. *Os sacramentos da igreja católica*. 3 ed. São Paulo: EDIPUCRS, 1995.